



**Reunião da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

15.05.2009

Acta número dois/2009

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e nove, com início pelas dezassete horas e trinta minutos, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, uma reunião extraordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ordem do Dia:-----

- 1. Apreciação e votação das actas das reuniões de 02 e 16 de Março;-----**
- 2. Apreciação e votação do Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal;-----**
- 3. Apreciação e votação do Regulamento para a Informação e Formação Profissional;-----**
- 4. Apreciação e votação do Regulamento para a Publicidade Online;-----**
- 5. Apreciação e votação da proposta de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----**
- 6. Critérios de Imputação com Encargos do Pessoal e Endividamento;-----**
- 7. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

Estiveram presentes na reunião os membros constantes da folha de presenças em anexo. -----

O Presidente da Assembleia comunicou que António Nobre (PSD) substituiu Pedroso Leal (PSD), que tinha comunicado, atempadamente, a sua falta a esta sessão, visando a justificação da mesma e a sua substituição, nos termos da Lei. -----

Estiveram ainda presentes o Presidente do Conselho Executivo, a Secretária Executiva e as funcionárias Sofia Afonso, que secretariou a reunião, e Elizabeth Torres e Teresa Taborda que apoiaram os trabalhos da reunião. -----

Antes de começar a reunião, o Presidente da Assembleia propôs que fosse feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Álvaro Brasileiro, um homem da região, de carácter, que soube estar na vida pública.-----

Ordem do dia:-----

1. Apreciação e votação das actas das reuniões de 02 e 16 de Março;-----

Foram presentes cópias das actas das reuniões de 02 e 16 de Março, anexas à presente acta, da qual fazem parte integrante.-----

A acta do dia 02 de Março foi aprovada com 24 votos e uma abstenção (PSD), com 25 deputados presentes na sala.-----

Quanto à acta do dia 16 de Março, João Simões apresentou rectificações que ficam anexas à mesma.-----

Luis Ferreira pediu que a frase "Luís Ferreira disse que o que está em causa é saber se a CIMT serve para ser uma contabilista da região ou para definir uma estratégia para esta área" fosse retirada da acta, pois pensa que não foi exactamente o que disse.-----

O Presidente da Assembleia pôs então a acta a votação com as alterações propostas por João Simões, sem o referido parágrafo e com a substituição, no primeiro parágrafo, da palavra extraordinária para ordinária.-----

A mesma foi aprovada por unanimidade, com 25 presenças na sala.-----

2. Apreciação e votação do Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal;-----

Foi presente a proposta de Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Mapa de Pessoal, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-

João Simões apresentou um documento com uma rectificação ao texto do Regulamento Interno, anexo à presente acta e da qual faz parte integrante.-----

O Presidente da Assembleia referiu que a proposta não altera o espírito, pelo que passou à votação, na generalidade, com a rectificação proposta.-----

O Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo foi aprovado por unanimidade com 25 membros presentes.-----

De seguida passou-se à votação do Mapa de Pessoal que foi aprovado por unanimidade com os mesmos 25 membros presentes.-----

3. Apreciação e votação do Regulamento para a Informação e Formação Profissional;-----

Não havendo ninguém para intervir, o Presidente da Assembleia colocou a proposta de regulamento a votação. A mesma foi aprovada por unanimidade, com 25 membros presentes na sala.-----

4. Apreciação e votação do Regulamento para a Publicidade Online;-----

Não havendo ninguém para intervir, o Presidente da Assembleia colocou a proposta de regulamento a votação. A mesma foi aprovada por unanimidade, com 25 membros presentes na sala.-----

5. Apreciação e votação da proposta de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo;-----

Neste momento, a Secretária Executiva ausentou-se da sala.-----

Foi presente a proposta de nomeação e de remuneração do Secretário Executivo, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

Rui Picciochi afirmou que o documento não cumpre o que a lei determina e pensa tratar-se de um lapso, dado o valor ultrapassar o vencimento de um director municipal.-----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que o vencimento máximo de um director municipal é 3734€ e que a deliberação do Conselho Executivo foi no sentido de que o vencimento não ultrapasse o de um Presidente de Câmara, mas que, apesar de tudo, o vencimento é inferior ao do director municipal.-----

O Presidente da Assembleia propôs que os valores sejam retirados da proposta e que o vencimento se vença pelo do Presidente de Câmara com maior número de eleitores.-----

Rui Picciochi mencionou que a lei não o permite e que há um erro de base do Conselho Executivo, que fez uma proposta impossível de ser executada. E, como tal, não vê possibilidade de votar o documento nesta reunião.-----

João Simões perguntou se a proposta é a mesma da sessão anterior, pois essa tinha condições de ser votada. Salientou que na minuta não vêm referenciadas as presenças e que isso é importante para saber se havia quórum.-----

O Presidente da Assembleia afirmou que na acta constam essas informações e que nas minutas não há necessidade de as colocar. As minutas espelham as deliberações.-----

Paulo Constantino perguntou qual o valor mais baixo que aufere um director municipal. Se o valor proposto para o Secretário Executivo for mais baixo, então está-se dentro da lei.-----

O Presidente do Conselho Executivo relatou que na reunião anterior foi questionado sobre o Conselho Executivo propor um montante exacto. E que, no seguimento dessa abordagem, foi então proposto um valor concreto.-----

O Presidente da Assembleia disse que a Assembleia não tem capacidade de iniciativa. A proposta deve dizer de uma forma clara qual o valor do vencimento e não "até ao valor". Assim, propôs que o Conselho executivo altere a redacção e remeta de novo à Assembleia.-----

Eurico de Alcobia referiu não entender qual a lógica das despesas de representação, na medida em que se trata de um lugar técnico-administrativo e não de representação. Pensa que seria melhor que a proposta fosse retirada e passasse para a próxima reunião.-----

Ramiro Silva comentou que está instalada uma grande confusão e sugeriu que este ponto fosse retirado para a próxima reunião.-----

João Simões concordou em retirar a proposta.-----

Rui Picciochi afirmou que ou se retira ou a proposta tem que ser reformulada.-----

O Presidente do Conselho Executivo aceitou retirar a questão para a próxima reunião.-----

Fernando Vasco declarou que o cargo de secretário executivo é um cargo de alto dirigente que dá dignidade a uma Comunidade Intermunicipal. Por esse facto, é de opinião de que deve ter despesas de representação.-----

Mais disse que, se não se chegar a nenhuma conclusão em relação ao valor, tem que se discutir numa próxima reunião.-----

Por concordância de todos, este ponto foi adiado para a próxima reunião.-----

6. Critérios de Imputação com Encargos do Pessoal e Endividamento;-----

Neste ponto, a Secretária Executiva voltou para a sala.-----

Foram presentes a proposta da forma de imputação das despesas com o pessoal e dos encargos com o endividamento e a proposta da forma de imputação das quotas de 2009, anexas à presente acta, da qual fazem parte integrante.-----

Ramiro Silva perguntou se houve retorno dos municípios, visto que consistia da minuta que todos os municípios iam ser informados do seu conteúdo.-----

O Presidente do Conselho Executivo confirmou que até ao momento não há retorno. Mais disse que na reunião em que esta questão foi discutida, faltaram os Presidentes de Câmara, ou seus representantes, dos municípios de Abrantes, Torres Novas e Sardoal e não houve qualquer justificação para essas faltas.-----

António Mor referiu que esta matéria, até aqui, tem-se baseado num consenso de todos e esta unanimidade baseou-se só nos presentes. Defendeu que pode acontecer que os grandes pagadores não queiram pagar. Por isso, esta questão deve ser discutida por todos os municípios.-----

Armando Fernandes afirmou ter ficado estupefacto com a opinião de António Mor e que este tem que fazer uma espécie de conselho de segurança. Vila Nova da Barquinha, Constância, Entroncamento, Sardoal e outros estarão sempre nas mãos dos grandes poderosos. Assim sendo, sugeriu que se acabe com a CIMT. Perguntou se será isso que querem os municípios pequenos.-----

Vasco Epifânio interrogou sobre qual a base em que é calculada a parte variável das quotas.-----

O Presidente do Conselho Executivo esclareceu que é com base no Orçamento de Estado.-----

Ângela Marques disse pensar que António Mor está equivocado, pois esta forma de imputação vai beneficiar os municípios maiores.-----

Paulo Constantino questionou se esta matéria foi consensualmente conversada com todos os Presidentes de Câmara ou se eles faltaram à reunião e não houve esclarecimento.-----

O Presidente do Conselho Executivo explicou que, de acordo com as regras da CIMT, estes valores têm que vir inscritos no orçamento. As quotas foram discutidas várias vezes quando ainda éramos Comunidade Urbana e não foi alterada a forma de distribuição anterior. De acordo com a nova legislação, esta matéria tinha que ser votada outra vez.-----

Mais informou ter tentado obter um consenso relativamente à solução a adoptar. Esse consenso não veio inicialmente. Foi solicitado a todos os Presidentes a presença na reunião onde as quotas seriam analisadas. Defendeu que não houve falha de comunicação. Quanto à deliberação, mencionou que foi unânime.-----

O Presidente da Assembleia pensa que não pode haver uma perspectiva meramente municipal e que há princípios de equilíbrio. Esta foi uma decisão legal. Afirmou também que estes são valores muito suportáveis pelos municípios.-----

Armando Fernandes disse que há que procurar consensos em que os mais fortes ajudem os mais fracos. Dentro de uns meses acaba o mandato e deve-se defender o que é fundamental para os habitantes da região. Mais exprimiu que, se formos pelas camisolas políticas, nunca mais chegamos a lado nenhum.-----

O Presidente da Assembleia comentou que as rivalidades pessoais muitas vezes se sobrepõem ao território. Os princípios da justiça são feitos a partir das finanças locais.-----

Informou também os presentes acerca dos números propostos para repartição das quotas para 2009.-----

António Mor disse que não o movem questões de camisolas, mas sim objectivos. Anteriormente, esta divisão era feita nas proporções 60/40 e agora é proposto 35/65. Afirmou pensar que a base não foi pensada para a presente proposta. As quotas foram desenvolvidas quando estava na Associação de Municípios do Médio Tejo. No presente documento há divergências substanciais em relação ao valor anterior.-----

Esclareceu que não falou em grandes municípios, mas antes em grandes pagadores e que pode acontecer alguns dos pequenos acabarem por pagar mais, proporcionalmente, do que os maiores.-----

O Presidente da Assembleia referiu que esta proposta foi liderada pelos pequenos municípios e aprovada por unanimidade. Foi um município dos grandes que se opôs.-----

Paulo Constantino comentou que essa exposição levanta mais preocupações e tem efeitos mais directos no desenvolvimento. Pelas dificuldades em se chegar a um consenso, torna-se necessário pensar melhor nesta questão.-----

Rui Picciochi disse estar a ver posta em causa a dignidade de um órgão. Tendo em conta que a decisão foi tomada por unanimidade no conselho Executivo, há que passar de imediato à votação nesta reunião.-----

João Simões concordou com Rui Picciochi e comentou haver um défice de informação, pois isso evitaria as dúvidas dos membros da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia defendeu que o caminho faz-se caminhando, salientando o facto do apoio à reunião ter melhorado consideravelmente.-----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que há uma diferença substancial entre o passado e o futuro. Explicou a situação anterior: quando dizemos que as quotas são fixadas na razão de 60%, este valor é dividido pelos 10 municípios, independentemente da dimensão, e quando dizemos 40%, é pago de acordo com o que cada um recebe do Orçamento de Estado. Agora esta situação inverte-se: de 60% passa para 45% e de 40% passa para 65%.-----

Fernando Vasco disse que, do ponto de vista legal, esta proposta pode ser votada. Contudo, pensa que na parte equitativa deveria ser introduzido um coeficiente de solidariedade.-----

O Presidente do Conselho Executivo salientou que o órgão a que preside forneceu aos deputados toda a informação necessária e que foram feitas várias tentativas para resolução desta matéria, não tendo sido uma decisão tomada sem sobreaviso. Esta questão devia ter acompanhado o orçamento e não acompanhou e é nestas circunstâncias que ela aqui chega.-----

O Presidente da Assembleia pôs a votação a proposta da forma de imputação das quotas de 2009. A mesma foi aprovada com 26 votos a favor, 3 votos contra (PS), 2 abstenções (PS), com 31 deputados presentes.-----

De seguida, pôs a votação a proposta da forma de imputação das despesas com o pessoal e dos encargos com o endividamento e a mesma foi aprovada por unanimidade, com 31 deputados presentes.-----

Verificando que não havia público na sala e não havendo mais assuntos a tratar, pelas dezanove horas, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Ana Sofia Afonso, para o efeito designada, redigiu e também assina. -----